

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

Abaixo se encontram apresentadas algumas informações baseadas no valor presente dos contratos de arrendamento financeiro:

	2018		2017	
	R\$	% - Sobre total	R\$	% - Sobre total
Vencidos				
A partir de 15 dias	13.016		4.531	
A vencer				
Até 3 meses	131.987		133.063	
De 3 a 12 meses	323.266		333.111	
De 1 a 3 anos	500.121		545.645	
De 3 a 5 anos	102.969		124.906	
Acima de 5 anos	18.440		-	
	<u>1.076.783</u>		<u>1.136.725</u>	
Total	<u>1.089.799</u>		<u>1.141.256</u>	

	2018		2017	
	R\$	% - Sobre total	R\$	% - Sobre total
Setor Público Federal				
Indústria	23.520		2.16	
Setor Privado				
Rural	236		0,03	
Indústria	155.861		14,34	
Comércio	116.311		10,67	
Instituição financeira	18.730		1,72	
Outros serviços	775.108		71,08	
Habitação	33		0,00	
Total	<u>1.089.799</u>		<u>100,00</u>	

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, com base no valor presente dos contratos, os níveis de risco da carteira estavam assim compostos:

Nível de risco	2018		2017	
	Curso normal	Vencidas	Total da carteira	Percentual de provisão
AA	1.337	-	1.337	-
A	63.272	54	63.326	0,50%
B	575.032	289	575.321	1,00%
C	287.259	1.324	288.583	3,00%
D	52.372	615	52.987	10,00%
E	28.741	390	29.131	30,00%
F	26.150	680	26.830	50,00%
G	9.107	270	9.377	70,00%
H	38.998	3.909	42.907	100,00%
Total	<u>1.082.268</u>	<u>7.531</u>	<u>1.089.799</u>	<u>91,651</u>

	2018		2017	
	Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
	18.205	-	18.205	-
	94.893	317	94.893	474
	708.012	5.753	708.012	7.080
	204.232	8.657	204.232	6.127
	45.991	5.299	45.991	4.599
	19.100	8.739	19.100	5.730
	32.455	13.415	32.455	16.228
	4.043	6.564	4.043	2.830
	14.325	42.907	14.325	14.325
	<u>1.141.256</u>	<u>91.651</u>	<u>1.141.256</u>	<u>57.393</u>

	Semestres	
	2018	2017
Saldo inicial (leasing financeiro)	59.943	55.810
Complemento da provisão	37.613	3.942
Baixas contra a provisão	(5.905)	(2.359)
Saldo final (leasing financeiro)	<u>91.651</u>	<u>57.393</u>
Saldo inicial (leasing operacional)	6.392	5.642
Complemento (reversão) da provisão leasing operacional	10.455	1.004
Baixa contra a provisão	(53)	-
Saldo final (leasing operacional)	<u>16.794</u>	<u>6.646</u>
Saldo final	<u>108.445</u>	<u>64.039</u>

	Semestres	
	2018	2017
Saldo inicial	60.926	60.866
Constituições	6.830	1.087
(Reversões)	-	-
Saldo final	<u>67.756</u>	<u>61.953</u>

O valor da provisão corresponde a 100% dos valores residuais dos contratos de arrendamento operacional e está contabilizado na rubrica "Despesas da intermediação financeira".

	2018		2017	
	R\$	% - Sobre total	R\$	% - Sobre total
Princípio Devedor				
De 01 a 20	511.682	46,96	654.565	57,36
De 21 a 50	184.635	16,94	187.067	16,39
De 51 a 100	149.752	13,74	119.534	10,47
Acima de 101	243.730	22,36	180.090	15,78
Total	<u>1.089.799</u>	<u>100,00</u>	<u>1.141.256</u>	<u>100,00</u>

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2018		2017	
	R\$	% - Sobre total	R\$	% - Sobre total
Créditos tributários				
Nos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e 2017, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:				
Créditos tributários de imposto de renda				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (a)	15.231	1.708	-	16.939
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (a)	19.900	12.093	-	31.993
Imposto de renda sobre BNDU	41	-	(25)	16
Subtotal	<u>35.172</u>	<u>13.801</u>	<u>(25)</u>	<u>48.948</u>
Créditos tributários de contribuição social				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (a)	10.943	615	-	11.558
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (a)	13.034	7.476	-	20.510
Contribuição social sobre BNDU	33	-	(20)	13
Subtotal	<u>24.010</u>	<u>8.091</u>	<u>(20)</u>	<u>32.081</u>
Total	<u>59.182</u>	<u>21.892</u>	<u>(45)</u>	<u>81.029</u>

	2018		2017	
	R\$	% - Sobre total	R\$	% - Sobre total
Créditos tributários (Nota 7a)	81.029	84,373	48.019	73,061
Imposto de renda a compensar	48.019	73,061	9.265	6,177
Devedores diversos - país	9.265	6,177	88	88
Outros devedores	88	88	138.401	163,699
Total	<u>138.401</u>	<u>163,699</u>	<u>57.285</u>	<u>100,816</u>
Parcela de curto prazo	57.285	100,816	81.116	62,883
Parcela de longo prazo	81.116	62,883	-	-

e) Concentração por clientes - Arrendamento Financeiro

	2018		2017	
	R\$	% - Sobre total	R\$	% - Sobre total
Créditos tributários de imposto de renda				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (a)	15.217	271	-	15.488
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (a)	30.469	903	-	31.372
Imposto de renda sobre BNDU	206	-	(192)	14
Subtotal	<u>45.892</u>	<u>1.174</u>	<u>(192)</u>	<u>46.874</u>
Créditos tributários de contribuição social				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (a)	12.173	218	-	12.391
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (a)	24.375	722	-	25.097
Contribuição social sobre BNDU	164	-	(153)	11
Subtotal	<u>36.712</u>	<u>940</u>	<u>(153)</u>	<u>37.499</u>
Total	<u>82.604</u>	<u>2.114</u>	<u>(345)</u>	<u>84.373</u>

(a) O Crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os contratos de arrendamento financeiro é composto basicamente pela provisão existente de R\$ 108.445 (2017 - R\$ 64.039), acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430.

Com base no atual nível de capitalização e operações da Instituição, e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações, o atual cenário econômico, e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários, registrados em 30 de junho de 2018, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Créditos tributários de imposto de renda									
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	6.973	3.151	3.370	3.445	-	-	-	-	16.939
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	6.572	6.358	7.818	8.272	2.189	400	290	94	31.993
BNDU	16	-	-	-	-	-	-	-	16
Total	<u>13.561</u>	<u>9.509</u>	<u>11.188</u>	<u>11.717</u>	<u>2.189</u>	<u>400</u>	<u>290</u>	<u>94</u>	<u>48.948</u>
Valor presente	<u>12.294</u>	<u>7.815</u>	<u>8.333</u>	<u>7.911</u>	<u>1.340</u>	<u>222</u>	<u>146</u>	<u>43</u>	<u>38.104</u>
Créditos tributários de contribuição social									
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	5.579	1.891	2.021	2.067	-	-	-	-	11.558
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	5.257	3.815	4.690	4.963	1.314	240	174	57	20.510
BNDU	13	-	-	-	-	-	-	-	13
Total	<u>10.849</u>	<u>5.706</u>	<u>6.711</u>	<u>7.030</u>	<u>1.314</u>	<u>240</u>	<u>174</u>	<u>57</u>	<u>32.081</u>
Valor presente	<u>9.835</u>	<u>4.689</u>	<u>4.998</u>	<u>4.747</u>	<u>804</u>	<u>133</u>	<u>59</u>	<u>18</u>	<u>25.285</u>

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 10,162% ao ano, referente ao custo médio de captação da Instituição.

8. Outras obrigações

	2018		2017	
	R\$	% - Sobre total	R\$	% - Sobre total
a) Fiscais e previdenciárias				
Provisão para imposto de renda	26.373	43,506		
Provisão para contribuição social	19.700	31,517		
Imposto de renda retido na fonte a recolher	23	54		
PIS e COFINS	587	708		
Imposto sobre serviços a recolher	3.989	151		
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 8a1)	69.443	78.179		
Total	<u>120.115</u>	<u>154.115</u>		
Parcela de curto prazo	50.672	84.163		
Parcela de longo prazo	69.443	69.952		

a.1) Provisão para imposto de renda diferido
As obrigações fiscais diferidas foram constituídas sobre o total de superveniência de depreciação apurado pela Instituição.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, a provisão para impostos diferidos apresentou a seguinte movimentação:

	2018		2017	
	Saldo em 31/12/2017	Consti-tuição	Reversão	Saldo em 30/06/2018
Imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação	70.013	-	(570)	69.443
Total				
	2018		2017	
	Saldo em 31/12/2016	Consti-tuição	Reversão	Saldo em 30/06/2017
Imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação	74.352	3.827	-	78.179
Total	<u>74.352</u>	<u>3.827</u>		<u>78.179</u>

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização com base na fluência dos prazos da carteira de arrendamento mercantil. Com base no atual nível de capitalização e operações da Instituição, e considerando as expectativas de resultados futuros deter-

9. Obrigações por empréstimos

	Juros		Indexador	Vencimento	2018		2017	
	R\$	% - Sobre total			R\$	% - Sobre total		
Empréstimos no país outras Instituições								
Bank of America		1,35%						
Subtotal								
Empréstimos no exterior								
Compaq Trademark B.V.	3,1461% a.a.							
Compaq Trademark B.V.	13,2704% a.a.							
Hewlett-Packard Financial Services Company	102,1% do CDI a.a.							
Subtotal								
Total								
Parcela de curto prazo								
Parcela de longo prazo								

10. Contingências
Em 30 de junho de 2018 e de 2017, a Instituição não possuía passivos contingentes classificados como perda possível e provável.

11. Patrimônio líquido

a) **Capital social**
Em 30 de junho de 2018 e 2017, o capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 267.251.401,98 estava representado por 264.509.607 ações, sendo 264.508.606 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal.

b) **Reserva legal**
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos da legislação atual, até o limite de 20% do capital social.
Em 30 de junho de 2018 a Instituição não constituiu reserva legal devido a apuração de prejuízo no período (Constituição de R\$ 1.286 em 2017).

c) **Reserva de lucros**
As reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da Instituição, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da Administração.
Em 30 de junho de 2018 a Instituição reverteu reserva de lucros de R\$ 11.602 (Constituição de R\$ 20.864 em 2017).

d) **Dividendos**
Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 6% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a lei:

minados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações, o atual cenário econômico, e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que as obrigações fiscais diferidas, registradas em 30 de junho de 2018, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Imposto de renda Diferido									
Superveniência de depreciação	(1.843)	7.242	26.934	21.815	11.365	2.092	1.360	478	69.443
Total	<u>(1.843)</u>	<u>7.242</u>	<u>26.934</u>	<u>21.815</u>	<u>11.365</u>	<u>2.092</u>	<u>1.360</u>	<u>478</u>	<u>69.443</</u>



**Hewlett Packard
Enterprise**

HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado

CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90

Internet - <https://www.hpe.com/br/pt/services/hpe-financial-services/legal.html>

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

do estabelecimento de limites, abrangendo análises de exposições e tendências, bem como eficácia da política de crédito.

d) Risco operacional

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução nº 3.380 de 29/06/2006, determinou a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional

compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição.

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos internos.

A HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. implementou a estrutura de risco operacional, a qual está subordinada à diretoria da Instituição e tem como objetivo avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos, bem como identificá-los e acompanhá-los tomando as devidas providências para que sejam eliminados ou monitorados pelos gestores de risco operacional.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Thomas Gerard Adams
Presidente

Susy Aparecida dos Santos
Membro

Martin Alberto Hornos
Membro

DIRETORIA

Ismael Paes Gervásio
Diretor

Alberto Hiroshi Okawa
Diretor

CONTADOR

Ismael Paes Gervásio
CRC 1SP 130.437/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.
Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Companhia registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 5). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato de a Companhia possuir contabilizado em 30 de junho de 2018 créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 81.029 mil conforme divulgado na nota 7(a). A realização desses créditos depende da geração de lucros tributáveis futuros, conforme plano orçamentário preparado e aprovado

pela Administração. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2018.

Ernst & Young
Audidores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora
CRC 1SP 198.827/O-3